



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 05/10/2000
C	<i>[Assinatura]</i>
	Rubrica

107

Processo : 10835.003890/96-68
Acórdão : 203-05.919

Sessão : 15 de setembro de 1999

Recurso : 104.721

Recorrente : UNIMED DE PRESIDENTE PRUDENTE COOPER DE TRABALHO MÉDICO

Recorrida : DRJ em Ribeirão Preto - SP

COFINS - COOPERATIVA DE SERVIÇOS MÉDICOS - A prestação de serviços por terceiros, não cooperados, não se enquadra no conceito de atos cooperados, nem de atos auxiliares, sendo, portanto, tributáveis. **SEPARAÇÃO CONTÁBIL DOS VALORES REFERENTES A ATOS NÃO COOPERATIVOS – IMPOSSIBILIDADE** - A impossibilidade de separação dos valores referentes a atos cooperados e os demais legitima o Fisco a tributar a totalidade das receitas da cooperativa. **Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: UNIMED DE PRESIDENTE PRUDENTE COOPER DE TRABALHO MÉDICO.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, pelo voto de qualidade, em negar provimento ao recurso. Vencidos os Conselheiros Daniel Correa Homem de Carvalho (Relator), Francisco Maurício R. de Albuquerque Silva, Mauro Wasilewski e Sebastião Borges Taquary. Designado o Conselheiro Renato Scalco Isquierdo para redigir o Acórdão. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Francisco Sérgio Nalini.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1999

Otacílio Dantas Cartaxo
Presidente

Renato Scalco Isquierdo
Relator-Designado

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Lina Maria Vieira e Henrique Pinheiro Torres (Suplente).

Eaal/mas/cf



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

108

Processo : 10835.003890/96-68

Acórdão : 203-05.919

Recurso : 104.721

Recorrente : UNIMED DE PRESIDENTE PRUDENTE COOPER DE TRABALHO MÉDICO

RELATÓRIO

Contra a contribuinte foi lavrado Auto de Infração de fls. 01/02, em decorrência do não recolhimento da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, referente aos períodos de ABR/92 a SET/96, com enquadramento legal dado pela LC nº 70/91, em seus arts. 1º ao 5º.

A fiscalização apresenta, às fls. 21/28, Termo de Verificação Fiscal, onde constata, em síntese, que a interessada pratica atos não cooperativos definidos em lei, usando forma inadequada de apropriação de receitas, manipulando os resultados das atividades que entende como tributáveis e não tributáveis, distribuindo aos cooperados, a título de sobras, rendimentos provenientes dessas atividades.

Portanto, não tem direito à isenção concedida às empresas que se dedicam às atividades cooperativas, com o amparo da LC nº 70/91.

Intimada, a Autuada apresentou Impugnação de fls. 156/162, alegando, em síntese, que a postura da fiscalização não poderá prosperar, por não ter amparo legal para a cobrança da contribuição.

Que a fiscalização tenta desconfigurar a impugnante como sociedade cooperativa, para assim proceder à cobrança do tributo.

A autuada tenta demonstrar que só pratica atos cooperativos, inerentes à sua atividade, que não produzem resultado financeiro.

Conclui solicitando que o auto de infração seja julgado improcedente, exonerando-a do débito nele mencionado.

A Autoridade Julgadora, às fls. 171/180, menciona que, a Autuada, apesar de afirmar que só pratica atos cooperativos, os contratos apresentados a contradizem; praticou atos não autorizados legalmente; distribuiu indevidamente aos associados sobras que deveriam integrar

2

Le /



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10835.003890/96-68
Acórdão : 203-05.919

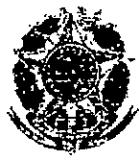
o Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social, descaracterizando-a, assim, como sociedade cooperativa. Com características mercantis, coloca-a mais próxima da modalidade de seguro-saúde, modalidade esta não permitida legalmente às cooperativas de serviço médico.

Assim sendo, mantém o lançamento e reduz o percentual da multa de ofício de 100% para 75%, em face do disposto no art. 44, I, da Lei nº 9.430/96 e AD COSIT nº 01/97.

A contribuinte, inconformada com a r. decisão, vem, às fls. 187/194, interpor recurso voluntário, alegando que o Fisco, talvez por desconhecimento da natureza dos atos praticados pela sociedade cooperativa, tenta descaracterizá-la como tal, alegando que a prática de operações com não associados, não permitidas em lei, ensejaria tal descaracterização. Isto é, o Fisco está totalmente equivocado.

Nas Contra-Razões de Recurso, às fls. 197/198, a Fazenda Nacional opina pela manutenção da decisão proferida pela primeira instância.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10835.003890/96-68
Acórdão : 203-05.919

110

**VOTO VENCIDO DO CONSELHEIRO-RELATOR
DANIEL CORREA HOMEM DE ARVALHO**

Conheço do recurso, por tempestivo.

No mérito, a matéria discutida nos autos já é conhecida por este Colegiado, que já se pronunciou no sentido de que os atos praticados pela Recorrente não têm fins lucrativos, não implicando operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto, distinguindo-se, portanto, das sociedades mercantis.

Isto porque a Recorrente é cooperativa, instituída nos termos da Lei nº 5.764/71, formada por profissionais a ela associados e que prestam serviços de assistência médica ao público, não sendo ela, assim, prestadora de serviços, mas, sim, os médicos de seu quadro.

Dispõe o artigo 6º, inciso I, da Lei Complementar nº 70/91, que as sociedades cooperativas que observem o disposto na legislação específica, quanto aos atos cooperativos próprios de suas finalidades, são isentas da COFINS.

Desta forma, sendo a Recorrente sociedade que pratica atos que lhe são próprios, ou melhor, realizando a Recorrente operações sem auferir renda própria, não produzindo lucros, pois que decorrente de seus objetivos sociais e pertencendo aos cooperados, não resta configurada a hipótese de incidência da COFINS.

Por isso que, aqui, adoto como minhas as razões de decidir do eminente Conselheiro Francisco Maurício R. de Albuquerque Silva, proferido no Acórdão nº 203-05.185, de interesse da própria Recorrente:

"No mérito, cabe ressaltar, desde logo, que a base de cálculo da Contribuição instituída pela Lei Complementar nº 70, "91, é o faturamento, assim entendido como a receita bruta das vendas de mercadorias, de mercadorias e serviços e serviços de quaisquer natureza.

Toda a questão tem por fulcro a discussão de se o pagamento efetuado pela Recorrente a terceiros, portanto, despesa da mesma, pode ser objeto de incidência tributária cujo fato gerador é a obtenção de receita, e não, realização de despesa.



Processo : 10835.003890/96-68
Acórdão : 203-05.919

111

De fato os serviços da Recorrente não são prestados aos seus sócios cooperados, nem por eles requeridos. Fica claro que a Autoridade entendeu que o seu cliente da cooperativa é seu cooperado.

Sociedades cooperativas são constituídas por três modalidades, a saber:

- 1-Cooperativa de fornecimento de bens e serviços;
- 2-Cooperativa de consumo;
- 3-Cooperativa mista

Na primeira, o esforço coletivo dos prestadores de serviço ou produtores de bens é que constituem o objeto da sociedade cooperativa. Neste caso, os clientes, ou seja, aqueles que obtêm os serviços e os bens ofertados pela cooperativa, não são cooperados, são meros clientes, sendo este o caso da Recorrente.

Na Segunda, o esforço coletivo objetiva o consumo de bens, sendo esse o objeto da sociedade cooperativa. Neste caso, os cooperados são ao mesmo tempo fornecedores de capital e clientes da cooperada.

Na terceira, as duas situações acima mencionadas, ocorrem simultaneamente, fato comum no ambiente das cooperativas agrícolas, onde, os cooperados além de reunirem para ofertar produto de terceiros, desde que destinados a cumprir obrigações contratuais com seus clientes.

A aquisição de bens ou produtos de terceiros, em dúvida, constitui despesa para a cooperativa. Contudo, se a cooperativa vende especificamente esses bens, desta atitude poderia resultar obtenção de resultado positivo ou negativo, caso a alienação do produto se fizesse por valor superior ou inferior a seu custo.

O resultado positivo porventura, deverá compor o fundo de assistência técnica e social da cooperativa, e esse mesmo resultado, por força da legislação de regência, fica submetido à tributação.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10835.003890/96-68
Acórdão : 203-05.919

Como, in casu, inexiste a possibilidade acima arguida, compra e venda de produtos, mas mera oferta adicional de serviços, sem que dessa oferta, resulte qualquer aumento de receita intrinsecamente relacionada com o serviço prestado, resulta claro que os serviços restados os terceiros constitui despesa da cooperativa porque não restado diretamente pelo seus cooperados.

.....
De se lamentar, que igual segurança fiscal não tenha sido concebida para as cooperativas de serviço, contudo, não resta dúvida, que seus cooperados é que são identicamente devedores da COFINS, e que, igualmente são identicamente devedores do seu recolhimento, o que vai por dizer que essa Contribuição estará sempre assegurada.

.....
Concluo, que igual regra adotada para as cooperativas de consumo, deveria ser, também, para as cooperativas de serviço, contudo, a partir da vigência da norma jurídica, que proceda tal alteração. Inaceitável o inconformismo fiscal sem atendimento ao princípio da estrita legalidade". (destaquei)

Com essas considerações, voto pelo provimento do recurso para julgar improcedente a ação fiscal, porquanto não está configurada a hipótese de incidência tributária da COFINS, prevista na Lei Complementar nº 70/91, pois que a Recorrente não gera receita.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1999

, L. J. Z. Z

DANIEL CORREA HOMEM DE CARVALHO



Processo : 10835.003890/96-68
Acórdão : 203-05.919

VOTO DO CONSELHEIRO RENATO SCALCO ISQUIERDO RELATOR-DESIGNADO

Discordo, permissa vénia, do voto do ilustre Conselheiro Relator. O lançamento objeto do presente processo trata das operações que não se caracterizam como atos cooperativos, e, portanto, sujeitas à incidência da COFINS já que extrapolam os limites da proteção tributária a que a lei atribui às cooperativas.

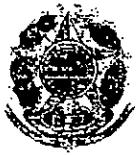
Como a própria recorrente registra, a autuada é uma cooperativa de prestação de serviços médicos, constituída exclusivamente por médicos. Por outro lado, a cooperativa comercializa, por meio de "planos", serviços amplos que não se restringem à prestação de serviços médicos, mas incluem outros serviços **que necessariamente têm que ser prestados por terceiros, não cooperados, principalmente hospitais e laboratórios.**

Esses atos, serviços prestados por terceiros não cooperados não se caracterizam como atos cooperados, tal como definidos no art. 79 da Lei nº 5.764/71, nem atos auxiliares (ou atos meios), e, portanto, sujeitos à tributação. Os acórdãos, cujas ementas são transcritas a seguir, demonstram o entendimento jurisprudencial já consolidado nos Conselhos de Contribuintes a respeito da tributação de tais atos.

"SOCIEDADE COOPERATIVA- Não são alcançados pela incidência do imposto de renda os resultados dos atos cooperativos. Nas cooperativas de trabalho médico, em que a cooperativa se compromete a fornecer, além dos serviços médicos dos associados, serviços de terceiros, tais como exames laboratoriais e exames complementares de diagnose e terapia, diárias hospitalares, etc., esses serviços prestados por não associados não se classificam como atos cooperativos, devendo, seus resultados, ser submetidos à tributação. (Ac. 101-93044, Rel. Sandra Maria Faroni)

COFINS - A finalidade das cooperativas restringe-se à prática de atos cooperativos, conforme artigo 79 da Lei nr. 5.764/71. Não são atos cooperativos os praticados com pessoas não associadas (não cooperados) e, portanto, devida a contribuição normal e geral de suas receitas. (Ac. 202-10887, Rel. Maria Teresa M. Lopes)

IRPJ/CSL/PIS/COFINS - SOCIEDADES COOPERATIVAS - COOPERATIVA DE SERVIÇOS MÉDICOS - Sujeitam-se à incidência tributária a receita e/ou os resultados obtidos pela sociedade cooperativa na prática de atos não cooperados. O encaminhamento de usuários a terceiros não associados, como hospitais, clínicas ou laboratórios, ainda que complementar ou indispensável à boa prestação do serviço profissional médico, constitui ato não cooperado. Norma impositiva contida no artigo



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10835.003890/96-68
Acórdão : 203-05.919

111 da Lei nº 5.674/71 (artigo 168, inciso II, do RIR/94).
(Ac. 108-06006, Rel. Tânia Koetz Moreira)"

O lançamento atacado, por outro lado, não merece reparos em relação à tributação da totalidade da receita da autuada, isso em face da impossibilidade de separação dos valores que se referem aos atos cooperados e os demais atos sujeitos à tributação.

Por todos os motivos expostos, voto no sentido de negar provimento ao recurso voluntário.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1999

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Renato Scalco Isquierdo".

RENATO SCALCO ISQUIERDO